



EVASÃO ESCOLAR E JUVENTUDE: DESAFIOS DO CURRÍCULO E DAS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA

Maria Edite Ferreira¹
Joelma Santana Reis da Silva²
Saulo Guimarães Santos³
Kleyton Adriano Silva⁴
Dayvison Bandeira de Moura⁵

Resumo: A evasão escolar no Ensino Médio configura-se como um dos maiores desafios da educação brasileira contemporânea, expressando desigualdades sociais, culturais e estruturais que impactam, sobretudo, as juventudes em situação de vulnerabilidade. Este artigo tem como objetivo analisar a correlação entre currículo escolar, juventude e identidade como elementos fundamentais no enfrentamento da evasão, à luz do direito à educação e das políticas públicas educacionais. A pesquisa, de natureza qualitativa, caracteriza-se como estudo descritivo e bibliográfico, fundamentado em revisão de literatura especializada e análise documental (Creswell, 2014) e (Bardin, 2011), de relatórios oficiais, como os do IBGE e INEP (2023). Justifica-se pela necessidade de compreender como a identidade juvenil é interpelada pelas propostas curriculares e pelas dinâmicas institucionais da escola, considerando que o sentimento de pertencimento e reconhecimento é determinante para a permanência. No campo das políticas públicas, destacam-se iniciativas como o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), o Pronatec, o Pé-de-Meia (2023) e o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (PNEM), ainda que apresentem limitações na efetividade. O estudo enfatiza a centralidade da escuta dos estudantes (Dayrell, 2007) e das metodologias ativas (Moran, 2015) para o fortalecimento do protagonismo juvenil. Conclui-se que o enfrentamento da evasão exige políticas intersetoriais e práticas pedagógicas inclusivas que articulem currículo, identidade e condições materiais de vida, assegurando a efetivação do direito à educação.

Palavras-chave: Currículo. Evasão Escolar. Juventudes. Metodologias Ativas. Políticas Públicas.

Abstract: School dropout in Brazilian secondary education stands as one of the greatest challenges of contemporary education, revealing social, cultural, and structural inequalities that particularly affect vulnerable youth. This article aims to analyze the correlation between school

¹ Maria Edite Ferreira ( CV: <http://lattes.cnpq.br/0873491734801267>). Doutoranda em Ciências da Educação, Universidade Del Sol - UNADES, Assunção, Paraguai-PY.
e-mail: editeferreiramaria@gmail.com

² Joelma Santana Reis da Silva ( CV: <https://lattes.cnpq.br/9964469693221710>) Doutoranda em Ciências da Educação, Universidade Del Sol - UNADES, Assunção, Paraguai-PY.

³ Saulo Guimarães Santos ( CV: <http://lattes.cnpq.br/4649366900571493>). Doutorando em Ciências da Educação, Universidade Del Sol - UNADES, Assunção, Paraguai-PY.

⁴ Kleyton Adriano Silva ( CV: <http://lattes.cnpq.br/3320148257139431>). Doutorando em Ciências da Educação, Universidade Del Sol - UNADES, Assunção, Paraguai-PY.

⁵ Dayvison Bandeira de Moura ( CV: <http://lattes.cnpq.br/0662218330901650>). Dr. em Ciências da Educação docente, pesquisador e orientador. Univeridad Americana, UA, Paraguai-PY.

curriculum, youth, and identity as fundamental elements in addressing dropout, in light of the right to education and educational public policies. The research adopts a qualitative approach, characterized as a descriptive and bibliographic study, based on a review of specialized literature and documentary analysis (Creswell, 2014; Bardin, 2011) of official reports such as those from IBGE and INEP (2023). The study is justified by the need to understand how youth identity is shaped by curricular proposals and institutional dynamics within schools, considering that the sense of belonging and recognition is crucial for student retention. In the field of public policy, initiatives such as the Innovative High School Program (ProEMI), the National Program for Access to Technical Education and Employment (Pronatec), the Pé-de-Meia Program (2023), and the Support Program for the New High School (PNEM) are highlighted, although they present limitations in effectiveness. The study emphasizes the centrality of student voice (Dayrell, 2007) and active learning methodologies (Moran, 2015) in strengthening youth protagonism. It concludes that tackling school dropout requires intersectoral policies and inclusive pedagogical practices that articulate curriculum, identity, and material living conditions, ensuring the realization of the right to education.

Keywords: Curriculum. School Dropout. Youth. Active Methodologies. Public Policies.

INTRODUÇÃO

A evasão escolar no Ensino Médio constitui um dos maiores desafios da educação brasileira contemporânea, revelando contradições entre a garantia do direito à educação, assegurada pela Constituição Federal de 1988, e a realidade vivenciada por milhares de jovens que abandonam a escola precocemente. Tal fenômeno assume dimensões pedagógicas, sociais, econômicas, culturais e políticas, exigindo uma abordagem que ultrapasse a análise estatística e considere os contextos subjetivos e institucionais nos quais ele se manifesta.

De acordo com dados do IBGE (2023), aproximadamente 18% dos jovens entre 15 e 17 anos estão fora da escola¹, revelando não apenas a fragilidade da universalização da educação, mas também a persistência de desigualdades estruturais que afetam, sobretudo, populações negras, periféricas, do campo e de comunidades tradicionais. Corroborando essa realidade, as pesquisas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2023²) apontam que a transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio constitui o período de maior vulnerabilidade, momento em que ocorre a maior parte dos abandonos escolares.

Além de comprometer a trajetória acadêmica, a evasão escolar fragiliza a formação da identidade juvenil e limita as possibilidades de inserção social e profissional, afetando o pleno exercício da cidadania. Para Dayrell (2003), compreender a juventude como categoria social implica reconhecer que ela possui necessidades, interesses e modos de expressão próprios, os quais devem ser contemplados no currículo e nas práticas pedagógicas. Assim, compreender o fenômeno da evasão exige articular as dimensões direito à educação, justiça social e políticas públicas, reconhecendo a escola como espaço de formação humana e de afirmação identitária.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar a correlação entre currículo escolar, juventude e identidade como elementos centrais no enfrentamento da evasão escolar no Ensino Médio, à luz do direito à educação e das políticas públicas educacionais. Pretende-se refletir sobre os desafios e potencialidades do cenário atual, propondo caminhos baseados em metodologias inovadoras e práticas pedagógicas inclusivas.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter descritivo e bibliográfico, fundamentada na perspectiva de Creswell (2014), segundo a qual a pesquisa qualitativa busca compreender os fenômenos em seu contexto natural, interpretando-os a partir da experiência e da perspectiva dos sujeitos envolvidos. O caráter descritivo, conforme Bardin (2011), permite o tratamento sistemático das informações, considerando tanto o conteúdo quanto o contexto em que elas se inserem. Já a dimensão bibliográfica, apoiada em Lakatos e Marconi (2017), consiste na análise, síntese e interpretação de estudos já publicados sobre o tema, permitindo situar a investigação no campo da produção científica existente.

Foram analisadas fontes documentais oficiais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação (2014-2024), além de relatórios do IBGE e do INEP (2023), que possibilitaram uma visão panorâmica da evasão escolar no Brasil. A fundamentação teórica apoia-se em autores como Dayrell (2003), Arroyo (2011), Frigotto (2012) e Oliveira (2021), cujas reflexões permitem problematizar a relação entre currículo, identidade juvenil e desigualdade social.

¹Dados disponíveis em: <https://www.terra.com.br/economia/ibge-118-de-jovens-entre-15-e-17-anos-esta-fora-da-escola,caccc83faa267f3e7afcbddf7dca853cw0q6wypg.html> acesso em 18 de ago. de 2025.

²Ministério da Educação (MEC) disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202402/ensino-medio-tem-maior-taxa-de-evasao-da-educacao-basica> acesso em: 18 de set. de 2025.



Assim, o estudo se justifica pela necessidade de compreender como a identidade juvenil é interpelada pelas propostas curriculares e pelas dinâmicas institucionais escolares, considerando que o sentimento de pertencimento e de reconhecimento constitui elemento decisivo para a permanência. Nesse sentido, a escuta ativa de estudantes, professores e gestores é adotada como estratégia metodológica e política, conforme defendem Monteiro e Quixadá (2023), pois possibilita captar as nuances das práticas curriculares e institucionais que afetam as trajetórias juvenis.

Ao iluminar as articulações entre currículo, juventude e identidade, este artigo pretende contribuir para a consolidação de uma escola pública mais democrática, acolhedora e socialmente justa, comprometida com a formação integral dos jovens e com o enfrentamento crítico e propositivo da evasão escolar.

METODOLOGIA

Este estudo apresenta natureza qualitativa, de caráter descritivo e bibliográfico. Assim, para Creswell, (2014, p.4) “A pesquisa qualitativa busca compreender os fenômenos em seu contexto natural, interpretando-os a partir das perspectivas dos participantes.”

Quanto ao caráter descritivo, Bardin (2011, p.41) destaca que “Tratar-se-ia, portanto, de um tratamento da informação contida nas mensagens. É conveniente, no entanto, precisar de imediato que em muitos casos a análise, como já foi referido, não se limita ao conteúdo, embora tome em consideração o continente.”

E, quanto aspecto bibliográfico comum a pesquisa científica, Lakatos e Marconi, (2017, p. 63). Afirmam que “A revisão bibliográfica consiste na análise, síntese e interpretação de estudos já publicados sobre um determinado tema, permitindo situar o trabalho dentro do contexto da produção científica existente”

Neste sentido, a metodologia envolveu a revisão de literatura especializada, contemplando autores que discutem o direito à educação, juventude, identidade e políticas públicas educacionais. Foram analisadas também fontes documentais oficiais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação (2014-2024).

É importante esclarecer que os dados secundários foram obtidos em relatórios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2023) e INEP (2023) possibilitando uma visão panorâmica da evasão escolar no Brasil. A fundamentação teórica apoia-se em autores como Dayrell (2003), Arroyo (2011), Frigotto (2012) e Oliveira (2021), cujas contribuições permitem problematizar a relação entre currículo, identidade juvenil e desigualdade social.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Direito, Acesso à Justiça e Educação

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 6º, a educação como direito social fundamental. No artigo 205, determina que a educação é “direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”. Todavia, a distância entre a letra da Lei e a realidade escolar é marcada por desigualdades históricas.

Destaque-se que o acesso à justiça, no contexto educacional, não se limita ao Judiciário, mas refere-se à garantia efetiva de direitos sociais básicos, como o direito à escola de qualidade. Cappelletti e Garth (1988) já afirmavam que o acesso à justiça significa a possibilidade de usufruir plenamente dos direitos estabelecidos. Nesse sentido, a evasão escolar configura-se



como uma violação do direito humano à educação, exigindo a intervenção estatal por meio de políticas públicas que assegurem a permanência escolar.

A evasão escolar no ensino médio permanece como um dos desafios mais persistentes da educação pública brasileira, comprometendo não apenas a trajetória acadêmica dos jovens, mas também suas possibilidades de inserção cidadã e profissional. Esse fenômeno, multifacetado e condicionado por variáveis socioeconômicas, culturais, institucionais e subjetivas, exige investigações que ultrapassem análises quantitativas e considerem os sentidos e experiências vividos pelos sujeitos escolares. Assim, compreender a evasão requer um olhar qualitativo sobre as vivências escolares, considerando os fatores simbólicos e subjetivos que atravessam a experiência juvenil na escola. Nesse cenário, torna-se fundamental analisar os vínculos entre currículo, juventude e identidade, elementos decisivos na constituição do pertencimento escolar e na construção de projetos de vida.

A esse respeito a escola contemporânea enfrenta a complexa tarefa de dialogar com uma juventude plural, marcada por novas formas de sociabilidade, múltiplas identidades e distintos modos de relação com o saber.

No contexto contemporâneo, a escola pública enfrenta o desafio de se consolidar como um espaço efetivo de acolhimento, reconhecimento e formação integral da juventude. A compreensão das articulações entre currículo, identidade e juventude é essencial para a construção de políticas e práticas educativas que enfrentem de forma crítica e propositiva o fenômeno da evasão escolar, reafirmando o direito dos jovens à educação de qualidade e à permanência com dignidade na escola. Neste cenário, a invisibilidade da juventude na vida escolar evidencia a necessidade de repensar as práticas educativas, de modo a reconhecer e valorizar as especificidades dos sujeitos juvenis, promovendo sua efetiva inclusão no processo educativo.

Neste sentido, considerando os desafios enfrentados pela escola pública no tocante à evasão escolar, especialmente no ensino médio, e a necessidade de analisar como as dinâmicas curriculares interagem com as múltiplas identidades juvenis, torna-se imprescindível delimitar com clareza o foco investigativo desta pesquisa. Esses dados tem sido tratados com preocupação pelo Ministério da Educação que trata de novas práticas de Políticas Públicas para minimizar os danos causados pela evasão de estudantes em todo Brasil.

De acordo com o Censo Escolar, **o ensino médio é a etapa com maior taxa de repetência e evasão, com 3,9% e 5,9%, respectivamente**. Para o Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, apesar de o Brasil estar caminhando para reduzir a evasão escolar, o ensino médio ainda é uma etapa de ensino que precisa reverter esse quadro. “Não podemos deixar ninguém para trás! O Pé-de-Meia complementa uma série de iniciativas do governo federal para tornar a escola mais atrativa” (Brasil, 2025, P.1 grifos para esse estudo).

Esse dado reforça a ideia de que há um **gargalo estrutural** justamente no momento em que os jovens começam a consolidar suas identidades, definir projetos de vida e se preparar para o mundo do trabalho ou para o ingresso no ensino superior. A fala do Ministro Camilo Santana, reforça o compromisso do Estado brasileiro em enfrentar essa vulnerabilidade com políticas como o **Pé-de-Meia**³, programa de incentivo financeiro que visa reduzir desigualdades

³ BRASIL, **Ministério da Educação – MEC**. O **Pé-de-Meia** é um programa de incentivo financeiro-educacional voltado a estudantes matriculados no ensino médio público beneficiários do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). O programa funciona como uma poupança para promover a permanência e a conclusão escolar de estudantes nessa etapa de ensino. Seu **objetivo** é democratizar o acesso e reduzir a



socioeconômicas e manter os estudantes na escola. Ele também aponta para outras estratégias complementares, como a expansão da escola em tempo integral e o fortalecimento da conectividade pedagógica.

Esse discurso articula uma dimensão de direito (não deixar ninguém para trás, garantindo a permanência escolar como princípio de justiça social) com uma dimensão de política pública (programas e investimentos que buscam transformar a realidade escolar).

Portanto, o dado do Censo e a fala do ministro convergem para uma análise crítica: a evasão escolar no Ensino Médio não é apenas um problema individual do estudante, mas uma questão estrutural que demanda ações sistêmicas, pedagógicas e de políticas públicas articuladas.

Juventude, Identidade e Currículo Escolar

A juventude não pode ser compreendida apenas como uma fase transitória da vida, mas como categoria social, permeada por contradições, desafios e potencialidades (Dayrell, 2003). Para muitos jovens brasileiros, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, a escola é um dos principais espaços de socialização e de construção de identidade.

Contudo, a evasão escolar está intimamente ligada à sensação de não pertencimento ao espaço escolar. Arroyo (2011) destaca que o currículo é um “território em disputa”, e muitas vezes não contempla a diversidade cultural, étnico-racial, de gênero e territorial da juventude brasileira. Quando o estudante não se reconhece no currículo e não encontra sentido no que é ensinado, o risco de abandono escolar aumenta.

Neste sentido o currículo escolar, ao assumir um papel central na mediação entre os estudantes e os conhecimentos socialmente significativos, pode contribuir tanto para a permanência quanto para o afastamento dos jovens da escola, a depender de sua capacidade de reconhecer e valorizar os sujeitos juvenis em sua diversidade.

Nesta premissa Magnago *et al.* (2024), afirmam que é imprescindível que o currículo dialogue com as realidades juvenis, incorporando práticas pedagógicas que respeitem e mobilizem as identidades dos estudantes, de modo a promover pertencimento e continuidade escolar. Desse modo, investigar as interações entre currículo e juventude é essencial para repensar práticas pedagógicas que efetivamente favoreçam o engajamento e a permanência dos estudantes.

Nesse contexto, torna-se fundamental investigar como a identidade juvenil é interpelada pelas propostas curriculares e pelas dinâmicas institucionais presentes na escola. A produção de sentidos atribuídos pelos jovens ao processo escolar, bem como as estratégias construídas pelos docentes para dialogar com essas identidades, são dimensões cruciais para o enfrentamento da evasão. Assim, a escola pública, embora limitada por fatores estruturais da sociedade, tem papel central na criação de condições de integração e no desenvolvimento de vínculos com os estudantes, sendo capaz de mitigar os efeitos da exclusão educacional quando adota práticas dialógicas e inclusivas.

Se pretende aprofundar essa problemática em pesquisa doutoral já em andamento uma vez que, o campo empírico desta pesquisa fundamenta-se na importância de realizar estudos situados que considerem os contextos específicos nos quais a evasão escolar se manifesta. Segundo Cotrim-Guimarães (2022), compreender as dinâmicas locais é essencial para identificar os fatores que influenciam a permanência ou desistência dos estudantes, permitindo a formulação de estratégias pedagógicas e institucionais mais eficazes. Assim, a escuta ativa de



estudantes, professores e gestores possibilitará a identificação de elementos curriculares, pedagógicos e institucionais que impactam os processos de permanência e evasão, contribuindo para a construção de caminhos alternativos ancorados na realidade vivida por esses sujeitos.

Assim, discutir a evasão exige refletir sobre currículo e identidade. Ao passo que o currículo que se limita a conteúdos descontextualizados não responde às demandas da juventude, enquanto práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas podem contribuir para o engajamento.

Políticas Públicas de Enfrentamento à Evasão no Ensino Médio

No Brasil, a evasão escolar no Ensino Médio é um desafio histórico que mobiliza diferentes frentes de políticas públicas. Nas últimas décadas, iniciativas diversas foram implementadas com o objetivo de garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e o êxito dos estudantes. Entre elas, destacam-se o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), criado em 2009 para diversificar o currículo e estimular práticas pedagógicas mais atrativas; o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), instituído em 2011, que buscou articular formação geral e profissionalizante; o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (PNEM), voltado para a implementação da reforma curricular em nível nacional; e, mais recentemente, o Programa Pé-de-Meia, já mencionado neste estudo, instituído em 2023, estabelece uma espécie de poupança escolar para jovens de baixa renda, vinculando transferências financeiras à frequência e à conclusão das etapas do Ensino Médio.

Apesar dessas iniciativas, os índices de evasão permanecem elevados, evidenciando os limites da efetividade das ações governamentais. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2022), aproximadamente 62% dos jovens que abandonam a escola o fazem em razão da necessidade de trabalhar e contribuir com a renda familiar. Essa informação reforça a centralidade das políticas de assistência estudantil, como a oferta de bolsas permanência, programas de transporte escolar e alimentação, como medidas estruturantes para a garantia do direito à educação. A literatura aponta que tais mecanismos de apoio material são indispensáveis para enfrentar a desigualdade social que se reflete diretamente no fenômeno da evasão (Cavaliere, 2019; Soares, 2021).

Outro ponto que merece destaque é a implementação desigual dessas políticas, que nem sempre alcançam as populações mais vulneráveis, como estudantes das áreas rurais, comunidades indígenas, quilombolas e periferias urbanas. Tal desigualdade decorre da ausência de intersetorialidade entre os setores de educação, saúde, assistência social e trabalho, o que limita a capacidade das políticas de responder à complexidade do problema. Nesse sentido, autores como Arroyo (2012) e Dayrell (2014) defendem que políticas públicas para a juventude devem considerar os contextos socioculturais em que os jovens estão inseridos, sob pena de não se efetivarem como instrumentos de justiça social.

Ademais, é necessário destacar que programas como o ProEMI e o Pronatec, apesar de representarem avanços no sentido de diversificar o currículo e aproximar a escola do mundo do trabalho, enfrentaram problemas de descontinuidade, mudanças de gestão e financiamento insuficiente. Isso demonstra que a sustentabilidade das políticas educacionais depende de uma agenda de Estado, e não apenas de governos, assegurando planejamento de longo prazo e continuidade.

Assim, ainda que medidas recentes, como o **Pé-de-Meia** e a ampliação da **Escola em Tempo Integral**, representem avanços importantes, o enfrentamento da evasão escolar no Ensino Médio exige uma abordagem sistêmica que una políticas de assistência, formação docente, inovação curricular e valorização da juventude como sujeito de direitos. Diante disso,



a escola precisa ser compreendida como um espaço de pertencimento e construção de identidades, e não apenas de transmissão de conteúdos (Dayrell, 2016).

Novas Metodologias e Práticas Pedagógicas Inclusivas

O enfrentamento da evasão exige não apenas políticas estruturais, mas também transformações nas práticas pedagógicas. Pesquisas recentes indicam que metodologias ativas (aprendizagem baseada em projetos, resolução de problemas, uso de tecnologias digitais, gamificação) favorecem o protagonismo juvenil e aumentam o interesse pela escola (Moran, 2015). Como destaca Frigotto (2012), o Ensino Médio precisa superar a lógica fragmentada e aproximar o conhecimento escolar das realidades concretas dos estudantes, integrando formação geral e formação para o trabalho, sem perder de vista a formação integral.

Para Diesel, Baldez e Martins (2017),

É nessa perspectiva que se situa o **método ativo - tido aqui como sinônimo de metodologias ativas - como uma possibilidade de deslocamento da perspectiva do docente (ensino) para o estudante (aprendizagem)**, ideia corroborada por Freire (2015) ao referir-se à educação como um processo que não é realizado por outrem, ou pelo próprio sujeito, mas que se realiza na interação entre sujeitos históricos por meio de suas palavras, ações e reflexões (2017, p.270-271 grifos para esse estudo).

Os autores ressaltam que as metodologias ativas promovem um deslocamento do foco do ensino para a aprendizagem, deslocando a centralidade do docente para o estudante. Esse movimento encontra respaldo em Freire (2015), quando defende que a educação não é uma ação unilateral, mas um processo que se concretiza na interação entre sujeitos históricos, mediados por suas palavras, ações e reflexões.

Destaque-se que esse conjunto de perspectivas reforça a importância de práticas pedagógicas inclusivas que valorizem a escuta, o diálogo e a participação estudantil. Ao reconhecer os estudantes como sujeitos de direitos e de saberes, a escola passa a ser um espaço de construção coletiva do conhecimento, mais conectado às demandas juvenis e capaz de enfrentar um dos principais fatores de evasão: a sensação de desinteresse e de não pertencimento ao espaço escolar. Assim, novas metodologias não se limitam a inovações tecnológicas ou didáticas, mas configuram-se como estratégias de democratização do processo educativo.

Dimensões Socioculturais da Permanência e Evasão Escolar

A evasão escolar, especialmente no Ensino Médio, ultrapassa a dimensão pedagógica e institucional, configurando-se como um fenômeno de natureza sociocultural e estrutural. Compreendê-la requer examinar como as desigualdades sociais, econômicas e simbólicas se materializam no cotidiano escolar, produzindo trajetórias marcadas pela descontinuidade, pelo desinteresse e pela desidentificação dos jovens com o espaço educativo.

Nessa direção, Bourdieu (1998) argumenta que o sistema educacional, longe de ser um espaço neutro, atua como um mecanismo de reprodução social, legitimando as diferenças culturais e de classe ao transformar desigualdades de origem em desigualdades de mérito. A escola, ao valorizar determinados capitais culturais, linguísticos, simbólicos e comportamentais, em detrimento de outros, tende a excluir silenciosamente os sujeitos cujos



repertórios não correspondem ao habitus dominante. E, essa exclusão simbólica antecede e muitas vezes explica o processo de evasão.

Como destaca Bourdieu (1998) que parte da ideia de que a escola não é um espaço neutro ou meritocrático, como o discurso oficial muitas vezes sugere. Ao contrário, ela é um instrumento de reprodução das estruturas sociais, pois tende a legitimar os privilégios culturais e econômicos das classes dominantes. Isso ocorre porque o sistema escolar valoriza certos capitais culturais, como formas específicas de linguagem, comportamento, gosto, vestimenta, modos de argumentar e até mesmo de se relacionar com o conhecimento, que são transmitidos naturalmente no ambiente familiar das elites.

Assim, os estudantes oriundos das camadas populares, por sua vez, chegam à escola com outros repertórios culturais, igualmente legítimos, mas que não são reconhecidos como válidos pela instituição. E, essa discrepância entre o “habitus escolar”, isto é, o conjunto de disposições e comportamentos esperados pelo sistema educativo, e o “habitus popular” gera uma sensação de inadequação, fracasso e desvalorização simbólica forjada em estereótipos preconceituosos, que podem culminar em sérios transtornos de convivência social no contexto escolar, e esses dissabores podem também contribuir para os índices de evasão nas escolas.

A escola, ao tratar esse descompasso como “falta de interesse” ou “baixa capacidade intelectual”, acaba transformando desigualdades de origem social em desigualdades de mérito. O que é consequência das condições de vida torna-se interpretado como incapacidade individual. Esse processo, que Bourdieu chama de violência simbólica, não se manifesta de forma explícita, mas atua de modo sutil e persistente: através do currículo, da linguagem, da avaliação e das expectativas docentes.

Nesse sentido, muitos jovens das classes populares não apenas enfrentam dificuldades cognitivas, mas sofrem um processo de exclusão simbólica, sentindo-se deslocados e não reconhecidos no espaço escolar. A evasão, portanto, não decorre apenas da necessidade de trabalhar ou das dificuldades econômicas, mas também desse sentimento de não pertencimento e da percepção de que a escola não reconhece seus saberes, sua linguagem e sua cultura.

Como consequência, a evasão é muitas vezes o último ato de resistência diante de um sistema que, de forma velada, nega a legitimidade da identidade cultural do estudante. Assim, o abandono escolar pode ser lido não como fracasso individual, mas como um efeito estrutural da lógica excludente do sistema educacional, que privilegia os capitais simbólicos dominantes e invisibiliza os demais.

Para Ferreira, *et.al.*

Sobre a compreensão em relação as causas e os impactos desse fenômeno são fundamentais para a formulação de políticas públicas eficazes e estratégias educacionais que promovam a inclusão. Dentre os fatores que levam ao abandono dos estudos, destacam-se questões econômicas, problemas familiares, falta de infraestrutura escolar e um currículo pouco atrativo. Além disso, a falta de apoio psicológico nas escolas e o crescente número de jovens enfrentando questões de saúde mental afetam diretamente a motivação dos alunos e sua permanência no ambiente escolar (Ferreira, *et.al.* 2024, p.2).

A esse respeito, Charlot (2000), por sua vez, destaca que a relação com o saber é construída no entrelaçamento das histórias pessoais, familiares e sociais dos estudantes. Quando o conhecimento escolar não encontra eco na experiência vivida pelos jovens, perde-se o sentido de aprender e o vínculo com a escola se fragiliza. A evasão, portanto, pode ser compreendida como um rompimento de sentido: o estudante deixa de ver na escola um espaço de reconhecimento e de projeto.



Em diálogo com esses autores, Dayrell (2003) enfatiza que compreender a juventude como categoria social significa reconhecer que ela se constitui nas interações culturais, nas experiências cotidianas e nas condições concretas de vida. Assim, a escola precisa dialogar com as identidades juvenis, reconhecendo seus modos próprios de expressão e suas formas de estar no mundo. Haja vista que a ausência desse diálogo é frequentemente apontada pelos jovens como um dos motivos de desinteresse e abandono.

Neste sentido, Arroyo (2011) reforça essa crítica ao afirmar que o currículo escolar é um “território em disputa”, atravessado por tensões entre os saberes legitimados pela instituição e os saberes construídos pelas comunidades e pelos sujeitos. A desvalorização dos saberes populares e periféricos contribui para o sentimento de não pertencimento, elemento-chave na decisão de muitos jovens de se afastarem da escola.

Em sintonia, Frigotto (2012) defende que o Ensino Médio precisa superar a lógica fragmentada e utilitarista que o distancia da realidade dos estudantes, articulando formação humana, trabalho e cidadania. Assim, a evasão é também resultado de um modelo escolar que, historicamente, separa o conhecimento da vida e ignora as condições materiais e simbólicas dos sujeitos.

Por fim, Freire (1996) nos lembra que a educação é um ato político e dialógico, que só se realiza plenamente na interação entre sujeitos históricos. Nesse sentido, o enfrentamento da evasão exige uma escola que promova a escuta ativa, a participação e o reconhecimento das vozes estudantis, transformando o espaço escolar em um território de pertencimento e de construção de identidades.

Assim, compreender as dimensões socioculturais da evasão escolar é reconhecer que permanecer na escola não significa apenas estar fisicamente presente, mas sentir-se parte dela. Permanecer é resistir, e resistir é, sobretudo, ser reconhecido como sujeito de direito, de saber e de voz.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados desta pesquisa, de natureza qualitativa, descritiva e bibliográfica, apontam para a necessidade de compreender a evasão escolar no Ensino Médio como fenômeno complexo, situado nas interseções entre as dimensões estruturais, curriculares, socioculturais e identitárias que atravessam a experiência juvenil na escola pública brasileira.

Inicialmente, as análises indicam que, embora o país disponha de um robusto arcabouço legal e de políticas públicas voltadas à garantia do direito à educação, a distância entre a legislação e a efetividade das ações permanece expressiva. Programas como o Ensino Médio Inovador (ProEMI), o Pronatec, o Pé-de-Meia e o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (PNEM) demonstram avanços pontuais, mas carecem de continuidade e articulação intersetorial. Tal constatação dialoga com Arroyo (2012) e Dayrell (2014), que ressaltam que políticas educacionais fragmentadas e descontextualizadas tendem a reproduzir desigualdades, em vez de superá-las.

Em um segundo momento, a análise da literatura evidencia que a evasão escolar está fortemente relacionada à fragilidade dos vínculos identitários entre os jovens e a escola. Dayrell (2003) e Camacho (2004) demonstram que o pertencimento escolar é elemento decisivo para a permanência, sendo a ausência de reconhecimento das juventudes, suas culturas, linguagens e trajetórias, um fator que contribui para o afastamento. Nesse sentido, a escola precisa se constituir como espaço de escuta e diálogo, capaz de acolher as múltiplas identidades juvenis. Monteiro e Quixadá (2023) reforçam que apenas por meio da escuta qualificada é possível compreender os sentidos atribuídos pelos estudantes à sua trajetória escolar e construir práticas de engajamento que superem o desinteresse e a sensação de invisibilidade.



Em terceiro lugar, os resultados confirmam a pertinência da leitura bourdieusiana de que a exclusão escolar frequentemente se inicia como exclusão simbólica. Conforme Bourdieu (1998), a escola reproduz desigualdades de origem ao valorizar determinados capitais culturais e linguísticos, transformando-os em critérios de mérito. Tal processo, traduzido em práticas avaliativas, currículos rígidos e discursos normativos, aprofunda o distanciamento entre os saberes escolares e os saberes juvenis. Nessa perspectiva, a evasão é compreendida não apenas como ato de desistência individual, mas como consequência de uma estrutura educacional que ainda não reconhece plenamente as diversidades culturais e sociais dos estudantes.

Por fim, a discussão evidencia que o enfrentamento da evasão escolar requer a integração entre políticas estruturais e práticas pedagógicas transformadoras. A literatura contemporânea (Moran, 2015; Diesel, Baldez e Martins, 2017; Freire, 2015) aponta que metodologias ativas, aprendizagem significativa e currículos flexíveis favorecem o protagonismo juvenil, ampliando o engajamento e o sentido da escola. Nesse contexto, a articulação entre políticas públicas e inovação pedagógica torna-se caminho estratégico para a construção de uma escola democrática, justa e emancipadora.

Em síntese, os resultados reforçam que a evasão escolar no Ensino Médio não é um fenômeno isolado, mas expressão das desigualdades sociais e culturais que permeiam o sistema educacional brasileiro. O enfrentamento efetivo dessa problemática exige, portanto, a conjugação de reconhecimento identitário, justiça social e compromisso político, pilares fundamentais para assegurar o direito à educação e a permanência digna de todos os jovens na escola.

Com base nas discussões desenvolvidas, o quadro a seguir busca sintetizar os resultados e interpretações que emergem da pesquisa, evidenciando as contradições e potencialidades do Ensino Médio brasileiro no enfrentamento da evasão, sob a perspectiva do direito à educação e da valorização das juventudes.

Quadro 1 – Síntese dos Resultados do Estudo: Currículo, Juventude e Enfrentamento da Evasão Escolar.

Dimensão de Análise	Principais Evidências do Estudo	Autores de Referência	Implicações para o Enfrentamento da Evasão Escolar
1. Políticas Públicas e Direito à Educação	As políticas existentes (ProEMI, Pronatec, PNEM, Pé-de-Meia) avançam no acesso, mas enfrentam descontinuidade e falta de integração intersetorial. Persistem desigualdades regionais e sociais.	Arroyo (2012); Dayrell (2014); IPEA (2022); MEC (2025)	Reforçar a intersetorialidade entre educação, trabalho e assistência social; garantir continuidade e financiamento das políticas.
2. Juventude e Identidade Escolar	O sentimento de não pertencimento à escola é um dos fatores centrais da evasão. Falta reconhecimento das culturas juvenis e valorização da escuta dos estudantes.	Dayrell (2003); Camacho (2004); Monteiro & Quixadá (2023)	Implementar práticas pedagógicas dialógicas, projetos de vida e currículos que reconheçam as juventudes em sua diversidade.
3. Desigualdade e Exclusão Simbólica	A escola tende a reproduzir desigualdades sociais ao valorizar determinados capitais culturais e	Bourdieu (1998); Charlot (2000)	Reconhecer os saberes locais e comunitários como parte do currículo; combater a



	linguísticos, legitimando privilégios.		violência simbólica nas práticas avaliativas.
4. Metodologias e Práticas Pedagógicas	Metodologias ativas e currículos contextualizados ampliam o engajamento e o protagonismo juvenil, aproximando a escola da vida real.	Moran (2015); Diesel, Baldez & Martins (2017); Freire (2015)	Investir em formação docente para inovação pedagógica; promover práticas de aprendizagem colaborativa e significativa.
5. Dimensões Socioculturais da Permanência	A evasão reflete desigualdades estruturais e simbólicas, exigindo abordagens sensíveis às realidades territoriais e culturais dos estudantes.	Bourdieu (1998); Charlot (2000); Frigotto (2012)	Desenvolver políticas territoriais e currículos interculturais que promovam pertencimento e reconhecimento social.

Fonte: Elaboração própria (2025), com base em Arroyo (2012), Dayrell (2003, 2014), Bourdieu (1998), Freire (2015), Moran (2015) e demais autores citados no estudo.

A síntese apresentada no Quadro 1 permite observar que o enfrentamento da evasão escolar no Ensino Médio demanda uma leitura interconectada entre políticas públicas, currículo, identidade juvenil e práticas pedagógicas. Em relação a isso, os resultados reforçam que a permanência escolar vai além da matrícula e da frequência: trata-se de um processo que envolve reconhecimento, pertencimento e sentido para o aprender.

Constata-se que, embora os programas governamentais representem avanços no campo das políticas educacionais, sua eficácia está condicionada à continuidade, à intersetorialidade e à contextualização local das ações. Sem o diálogo entre educação, assistência social, trabalho e cultura, a escola permanece isolada diante de problemas que extrapolam seu espaço físico e simbólico.

Da mesma forma, a análise dos autores evidencia que o currículo é o principal mediador da relação entre juventude e escola. Quando estruturado de forma engessada e descontextualizada, ele reforça desigualdades simbólicas e culturais. No entanto, quando assume caráter dialógico e inclusivo, torna-se um instrumento de emancipação e de valorização das identidades juvenis. Nesse sentido, as contribuições de Dayrell (2003), Arroyo (2011) e Bourdieu (1998) convergem ao apontar que o pertencimento escolar é um ato político e cultural, que depende do reconhecimento do estudante como sujeito histórico e produtor de saberes.

Outro ponto emergente diz respeito à importância das metodologias ativas e práticas pedagógicas inclusivas, as quais, segundo Freire (2015) e Moran (2015), reposicionam o estudante no centro do processo de aprendizagem, estimulando o protagonismo juvenil e o engajamento crítico. Ao deslocar o foco da transmissão para a construção coletiva do conhecimento, essas práticas rompem com a lógica da passividade e reconfiguram a escola como espaço de criação e transformação.

Assim, os resultados deste estudo apontam para a necessidade de uma redefinição do pacto educativo no Ensino Médio, em que o direito à educação não se limite ao acesso, mas se concretize na experiência significativa de estar e aprender na escola. Essa mudança requer uma ação conjunta entre Estado, escola e comunidade, capaz de reconhecer as juventudes em sua pluralidade e de construir políticas e práticas educativas que dialoguem com seus modos de ser, viver e aprender.



Portanto, em síntese, enfrentar a evasão escolar é, antes de tudo, reconhecer as desigualdades estruturais e simbólicas que moldam o cotidiano da escola e transformá-las em oportunidades de direitos e pertencimento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno da evasão escolar no Ensino Médio, como demonstrado neste estudo, constitui um dos maiores desafios da educação brasileira contemporânea, exigindo uma análise que ultrapassa o âmbito meramente estatístico e quantitativo. Sua complexidade envolve dimensões sociais, econômicas, culturais, pedagógicas e políticas, que incidem diretamente sobre a juventude em processo de formação identitária e em busca de reconhecimento e pertencimento.

A análise empreendida evidenciou que o direito à educação, consagrado constitucionalmente, ainda não se materializa de forma plena na realidade escolar, sobretudo entre jovens de grupos sociais historicamente vulnerabilizados. A evasão, nesse sentido, configura-se como violação de direitos humanos, demandando ações efetivas do Estado, em articulação com a sociedade civil, para assegurar a permanência escolar como princípio de justiça social.

Foi possível identificar que as políticas públicas implementadas, como o ProEMI, o Pronatec, o PNEM e, mais recentemente, o Programa Pé-de-Meia, apresentam avanços significativos ao buscar enfrentar as causas estruturais da evasão. Contudo, permanecem limitações relativas à descontinuidade, ao financiamento e à falta de intersetorialidade. Assim, esses aspectos dificultam o alcance efetivo de populações do campo, comunidades quilombolas, indígenas e das periferias urbanas, onde a evasão assume contornos ainda mais dramáticos.

Além disso, destacou-se que a evasão escolar não pode ser explicada apenas por fatores externos, como desigualdades socioeconômicas. Uma vez que, as práticas pedagógicas, o currículo escolar e a organização da vida escolar têm papel decisivo na permanência dos estudantes. E, quando o currículo não dialoga com a realidade juvenil ou quando as práticas pedagógicas não promovem engajamento e reconhecimento, instala-se a sensação de não pertencimento, que fragiliza os vínculos com a escola. Nesse aspecto, a valorização da escuta ativa e a adoção de metodologias ativas e práticas pedagógicas inclusivas configuram-se como caminhos promissores para transformar a escola em espaço de acolhimento e de construção coletiva do conhecimento.

Conclui-se, portanto, que o enfrentamento da evasão escolar no Ensino Médio exige a articulação entre políticas estruturais (assistência estudantil, escola em tempo integral, programas de incentivo financeiro), inovação curricular (currículo contextualizado, que dialogue com identidades juvenis) e práticas pedagógicas inclusivas (escuta, diálogo, metodologias ativas). Essa integração constitui condição essencial para garantir a permanência com qualidade e dignidade, reafirmando o direito de cada jovem à educação e à construção de seus projetos de vida.

Por fim, o estudo reforça a necessidade de novas pesquisas que aprofundem a compreensão das interações entre juventude, currículo e identidade, considerando contextos locais e experiências situadas. Destaque-se que a pesquisa doutoral em andamento, da qual este artigo se constitui desdobramento, busca justamente contribuir para o avanço desse debate, na perspectiva de fortalecer uma educação pública democrática, inclusiva e transformadora, capaz de enfrentar as desigualdades e reafirmar o compromisso ético com o futuro da juventude brasileira.

REFERÊNCIAS



ARROYO, Miguel. Currículo, território em disputa. Petrópolis: **Vozes**, 2011.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo / Laurence Bardin; tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. - São Paulo: Edições 70, **ALMEDINA BRASIL** 2011. ISBN 978-85-62938-04-7

BOURDIEU, Pierre. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em 01 de set. de 2025.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL, **Ministério da Educação (MEC)** disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202402/ensino-medio-tem-maior-taxa-de-evasao-da-educacao-basica> acesso em: 18 de set. de 2025.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à justiça. **Porto Alegre**: Sérgio Antônio Fabris, 1988.

CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos. 4. ed. Porto Alegre: **Artmed**, 2014.

COTRIM, Guimarães, I. M. A. (2022). Desigualdades sociais, evasão e permanência no ensino médio integrado: uma análise sob a perspectiva do processo pedagógico. **Tese de doutorado**, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/43439>

DAYRELL, **Juarez**. **A juventude como categoria social**. **Educação & Sociedade, Campinas**, v. 24, n. 85, p. 1107-1129, 2003.

FERREIRA, *Et.al.* DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA COMBATER A EVASÃO ESCOLAR NO CONTEXTO BRASILEIRO. Título do Evento: XV FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA – XV FIPED. Cidade do Evento: Serra Talhada. Título dos Anais do Evento: **Anais do XV Fórum Internacional de Pedagogia (XV FIPED)**. Nome da Editora: Even3 e Meio de Divulgação: Meio Digital. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xv-forum-internacional-de-pedagogia-xv-fiped-502395/1145382-educacao-do-campo--identidade-pertencimento-e-resistencia--cultural> acesso em 24 de set. 2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). O Ensino Médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: **Cortez**, 2012.



IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/economia/ibge-118-de-jovens-entre-15-e-17-anos-esta-fora-da-escola,caccc83faa267f3e7afcbddf7dca853cw0q6wypg.html> Acesso em 01 de set. de 2025.

INEP. **Relatório de Indicadores Educacionais 2022**. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/relatorio-anual-de-atividades-e-gestao-do-inep-2022/pesquisas-estatisticas-e-indicadores-educacionais/indicadores-educacionais> Acesso em 12 de set. de 2025.

IPEA. **Juventude e Educação no Brasil. Brasília: IPEA, 2022**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais> Acesso em 12 de set. de 2025.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da Metodologia Científica. 5º ed.-São Paulo. **Atlas** 2017. ISBN: 85-224-3397-6.

